

## SOCIEDADE DAS LETRAS: A FUNDAÇÃO DO GABINETE DE LEITURA DE JUNDIAÍ (1908)

Paulo Henrique de Oliveira<sup>1</sup>

*Resumo:* este artigo propõe compreender o processo de surgimento do Gabinete de Leitura de Jundiaí, instituição fundada no ano de 1908, no município de Jundiaí, localizado na região oeste do Estado de São Paulo. Criado por um grupo de trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que tinham por finalidade estabelecer um espaço para a instrução, promovendo uma sociabilidade livresca, através de conferências e cerimoniais literários e uma escola de primeiras letras aos associados e frequentadores. O Gabinete de Leitura também se configurou como um espaço destinado aos livros, aos leitores e à prática da leitura, sendo a primeira biblioteca pública da cidade de Jundiaí. Desse modo, através das práticas sociais dos membros da instituição, analisa-se a construção da representação de uma sociedade letrada. *Palavras-Chave:* Cultura letrada. Gabinetes de Leitura. Práticas. Representação.

## LETTERS OF SOCIETY: THE FOUNDATION OF JUNDIAÍ READING ROOM (1908)

*Abstract:* This article proposes to understand the emergence process of Jundiaí Reading Office, an institution founded in 1908, in Jundiaí, located in the western region of São Paulo. Created by a group of workers of Railroads of Paulista Company, which were designed to establish a space for education, fostering a bookish sociability through literary conferences and ceremonies and a school of first letters to members and patrons. The Reading Cabinet also con-

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor de História na Secretária Estadual de Educação de São Paulo.

figured as a space dedicated to books, readers and practice of reading, the first public library in the city of Jundiaí. Thus, through the social practices of members of the institution analyzes the construction of the representation of a literate society.

*Keywords:* Literate culture. Reading offices. Practices. Representation

## **Na contadoria, o advento de uma ideia**

Foi durante um dia de expediente na repartição da contadoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no ano de 1907, entre contas a pagar e a receber, análises de fluxo de caixa, leituras de escrituras e um ambiente repleto de números, cálculos e finanças, que o funcionário Benedito de Godoy Ferraz, aos 18 anos de idade, teve uma ideia.

Rapidamente ele a anotou em uma folha de papel. Seu propósito compreendia uma ação coletiva; para tanto, tratou logo de repassá-la a seus companheiros de trabalho da contadoria na expectativa de que a aprovassem. O primeiro a receber a folha foi o vizinho de mesa de Benedito Ferraz, Conrado Augusto Offa, que “leu atentamente, sorriu e assinou” (TOMANIK, 2005, p. 168). Posteriormente foi a vez de Francisco de Andrade, outro colega de trabalho, leu e “assinou sem hesitar” (TOMANIK, 2005, p. 168), seguido ainda por Morivalde Lobo da Costa e outros companheiros como Carlos Hummel Guimarães, Carlos Mendes do Amaral, Arthur Basílio de Oliveira, João Xavier dias da Costa, Cassalho Junior e Ignácio Ventania da Costa Wilke.

Passada a folha e com a ideia inicial aprovada, logo organizaram uma reunião para tratarem do assunto então proposto. A reunião ocorreu na casa de Conrado Offa que, segundo Benedito Ferraz, “foi quem deu corpo e forma à ideia” (TOMANIK, 2005, p. 169) por ele pensada.

Muitos outros encontros se seguiram para que a ideia despontasse do papel e ganhasse determinada concretude. Todos os que inicialmente assinaram a folha participaram dos encontros em que conversavam sobre possibilidades da realização do projeto, levantavam questões, pensavam e repensavam a ideia. Depois de inúmeras confabulações, o número de adeptos aumentara significativamente, sendo necessário executar o projeto. O primeiro passo foi organizar a eleição de uma diretoria, responsável por dar continuidade às ações seguintes. Com este objetivo, foi convocada uma Assembleia Geral.

No ano de 1908, contando com sessenta e cinco pessoas, a Assembleia Geral reuniu-se no dia 28 de Abril, às 19h00, na Rua do Rosário, número 153, bem no centro da cidade de Jundiaí, no estado de São Paulo. Na ocasião, abriu-se um livro de atas para que fossem registradas as reuniões.

A primeira ata destaca a eleição para uma diretoria provisória, quando foram eleitos os senhores Conrado Augusto Offa (Presidente); Arthur Basílio de Oliveira (Vice — Presidente); Carlos Hummel Guimarães (1<sup>o</sup> Secretário); Benedito de Godoy Ferraz (2<sup>o</sup> Secretário); Manoel Martins de Azevedo (Orador); Ignácio Ventania da Costa Wilke (Tesorero) e João Xavier Dias da Costa (Bibliotecário). Compondose assim a diretoria, foram definidas as tarefas atribuídas a cada cargo da “sociedade”, termo que aparece no registro da reunião<sup>2</sup>. Em seguida, foi eleita uma comissão que teria a incumbência de elaborar os estatutos e regimentos internos para essa autodenominada sociedade.

Para integrar a comissão, foram escolhidos: Conrado Augusto Offa, Thomaz da Silveira, George L. S. e João Xavier Dias da Costa.

---

<sup>2</sup> Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral do Gabinete de Leitura de Jundiaí, 28.04.1908, p.1.

A folha inicialmente passada por Benedito Ferraz aos seus companheiros de trabalho trazia escrito em seu alto “Lista dos que apóiam o plano de fundação de um centro literário em Jundiahy”. O gosto pela literatura era partilhado por praticamente todos os funcionários da contadoria. Versos e poesias eram escritos e lidos durante o expediente. Contudo, Benedito Ferraz salienta que não possuía tanta vocação para as letras, pois, segundo ele, era mais uma derivação. Ao contrário de seus colegas e amigos não lhe foi possível seguir os estudos acadêmicos em São Paulo (TOMANIK, 2005, p. 169). Possivelmente essa falta o motivou a criar um espaço destinado às letras na cidade de Jundiaí. Como foi proposto inicialmente, o projeto seria um centro literário; dessa forma, poderiam “organizar uma biblioteca, ler, escrever, falar e aprender” (TOMANIK, 2005, p. 169).

Os demais funcionários partilhavam o mesmo propósito. Francisco de Andrade possuía um irmão poeta e falava com veemência sobre ele aos demais companheiros da contadoria. Ele mesmo, sempre que podia, escrevia seus versos e os dava a Benedito Ferraz para que fossem lidos. Morivalde da Costa, por sua vez, de acordo com Benedito Ferraz, era um dos homens mais cultos da contadoria, pois não somente era o autor de poemas admirados por todos os que liam, como também estimulava os próprios companheiros da contadoria para o exercício de se expressarem por meio das letras versadas. O ambiente letrado e humanístico onde o gosto pelas letras estava presente, não se limitava às dependências da contadoria, mas também, segundo Benedito Ferraz, era percebido no cotidiano dos jovens da cidade de Jundiaí. Em suas palavras “os rapazes apreciavam a arte, o jogo da inteligência, escreviam contos, sonetos, faziam discursos e aprimoravam a arte fina do trocadilho e dos ditos humorísticos” (TOMANIK, 2005, p. 169).

O fato é que a ideia de criação de um centro literário foi se concretizando e após várias reuniões de Assembleias Gerais, foi instalado o Gabinete de Leitura de Jundiaí.

No dia 21 de Junho de 1908, em uma nova reunião, os estatutos dessa sociedade foram aprovados. A ata de reunião desse dia registrava, “O Gabinete de Leitura de Jundiahy, fundado em 28 de Abril de 1908, é uma associação de indivíduos sem diferença de sexo, nacionalidade, religião e sem limitação de tempo e número”.

Entre as finalidades da sociedade estavam: 1º manter uma biblioteca para uso exclusivo dos associados; 2º criar escolas de instrução primária e secundária para os associados e seus filhos, e 3º promover conferências essencialmente literárias e também cerimoniais. Os sócios seriam os fundadores da instituição e os futuros membros que desejassem se associar, sendo divididos em duas categorias: sócios contribuintes, os que concordassem com a joia e as mensalidades determinadas por estatuto e os sócios benfeitores, os que prestarem relevantes serviços ou fizerem donativos à sociedade. A joia tinha o valor em estabelecido em 5\$000 (cinco mil réis) e a mensalidade 2\$000 (dois mil réis).

Os estatutos ainda estabeleciam que os sócios contribuintes tivessem como obrigação cumprir as disposições contidas no regulamento, o que não era pouco, pois os estatutos estavam organizados em 13 capítulos, contendo 41 artigos com a discriminação dos direitos e dos deveres de todos os membros da sociedade, porém em maior proporção para a categoria de sócio contribuinte.

Entre os deveres de todos constavam: comparecer às reuniões de Assembleia Geral e tomar posse de suas deliberações; aceitarem cargos e/ou comissões para os quais fossem eleitos ou nomeados; cooperar com a sociedade e oficializar junto ao presidente sua saída, caso não desejasse mais ser sócio contribuinte. Sobre os direitos, poderiam propor e

discutir em Assembleia Geral, decisões da diretoria ou questões de interesse à sociedade; votarem e ser votados para a eleição de cargos e recorrer ao presidente da Assembleia Geral, contra ações prejudiciais do presidente do Gabinete de Leitura, conjuntamente com um número mínimo de 10 sócios.

Os sócios benfeitores não poderiam votar ou serem votados para a eleição de cargos. Sua nomeação, na condição de benfeitor, deveria ser posta em pauta em Assembleia Geral ou de Diretoria, por meio de um relatório detalhado da ação benfeitora, realizada pelo candidato à nomeação de sócio benfeitor.

Anualmente também seria eleita uma diretoria incumbida de gerir as questões financeiras e administrativas da sociedade. Entre as atribuições desse conselho estavam representar a sociedade; fazer cumprir os estatutos aprovados em assembleia; nomear bibliotecários; contratar professores e demais empregados que se fizessem necessários à sociedade, devendo a diretoria acompanhar suas atribuições e desempenho, demitindo-os em caso de falta grave; zelar pela organização interna; convocar assembleias extraordinárias sempre que necessário e dela receber as propostas discutidas e aprovadas; comprar livros indicados por uma comissão formada em assembleia e entregar, ao final do ano e de sua administração, um relatório minucioso com um balanço da instituição<sup>3</sup>.

Apenas o cargo de bibliotecário seria ocupado através de uma nomeação realizada por um conselho fiscal, composto por três pessoas pertencentes à diretoria. Entre as suas atribuições estavam o registro da entrada e retirada de livros; a apresentação de um relatório, ao final de cada ano, à diretoria sobre as condições da biblioteca; o registro das obras

---

<sup>3</sup> Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral do Gabinete de Leitura de Jundiaí, 21.06.1908, p. 4.

mais procuradas pelos sócios e posterior relatório à diretoria, sobre essa demanda; e o registro de todas as compras de livros.

Os livros poderiam ser emprestados aos sócios que por sua vez, deveriam devolvê-los no prazo máximo de 10 dias. Em caso de não devolução ou perda, o sócio deveria ressarcir a importância financeira do livro em questão à biblioteca.

Segundo os estatutos da sociedade, a receita auferida com a verba das mensalidades e possíveis donativos seriam destinados ao pagamento das contas que deveriam ser pagas mensalmente e, havendo saldo, 20% seriam destinados a um fundo reserva e o restante utilizado para a compra de livros. A eleição para nova diretoria ocorreria sempre em Assembleia Geral, com oito dias de antecedência para o término de administração da diretoria vigente, não excedendo o primeiro domingo do mês de janeiro de cada ano. Para realizar a assembleia era necessária a presença da metade dos sócios contribuintes.

Os sócios poderiam ser penalizados pela diretoria da sociedade nos seguintes casos: por não pagamento das mensalidades; por não obediência ao estatuto vigente; por descato a qualquer membro (diretoria, sócios, empregados ou visitantes) nas dependências do Gabinete de Leitura; por desvio de qualquer verba destinada à sociedade; por retirada de livros sem devolução no prazo estabelecido e por deterioração do patrimônio físico. Dentre as penalidades, encontra-se descrita somente à expulsão pelo não pagamento da mensalidade durante três meses consecutivos, mas que poderia ser revogada, caso fosse comunicado por escrito à diretoria o motivo do não pagamento.

Descritas todas as normas e o estatuto então aprovado em Assembleia Geral, as atividades do Gabinete de Leitura de Jundiá se iniciaram, mantendo-se a diretoria provisória eleita na primeira reunião. A eleição para uma nova diretoria

ocorreu somente em Janeiro de 1909. O número inicial de sócios contribuintes do Gabinete de Leitura era de setenta e sete, doze a mais em relação aos que assinaram a primeira ata de reunião.

Um mês após a abertura, em junho de 1908, era lançado na imprensa local, pela própria instituição, um jornal noticioso dos objetivos e das atividades, intitulado "*O Gabinete*", anunciando o que tencionavam:

Surge na arena da publicidade O Gabinete, jornal literário e noticioso, consagrado aos interesses da esperançosa associação que lhe empresta o nome. Consiste o seu programa em pregar pelo desenvolvimento do Gabinete de Leitura, instituição que felizmente, para o bom renome desta terra, tem merecido aplausos das pessoas cultas. Vem ele proporcionar aos habitantes de Jundiahy, na sua quase totalidade, composta de operários, não só os livros com que possam aumentar a soma de conhecimentos que possuem como também um centro de agradável e proveitosa diversão.

A verdade contida no velho adágio — nunca é tarde para se aprender, é incontestável. Em Samuel Smiles (escritor britânico) vemos entre muitas notabilidades que iniciaram seus estudos em idade avançada, Franklin o notável physico e Boccaccio, o apreciado literato.

Mesmo entre nós, dentre outros, dois exemplos belíssimos: um professor público, contando mais de trinta e cinco anos de idade, inicia agora seus estudos na Faculdade de Direito em São Paulo e outro vae fazer exame perante um estabelecimento de ensino superior a fim de diplomar-se.

Se outros não fazem o mesmo é por que o seu pequeno ordenado não o permite. O gabinete a esses ávidos de saber proporcionará os competentes livros, lacuna essa lamentada e que ele vem preencher. Um bravo aos propugnadores de tão elevado ideal e farta



messe de felicidade ao seu órgão de propaganda —  
“O Gabinete”. S.N.

(O Gabinete: Orgam do Gabinete de Leitura Jundi-  
ahyense. Anno I, n. 1, p. 1.).

O impresso de cunho “literário e noticioso” não teve longa duração, tendo apenas uma edição. De efêmera atuação, a divulgação das atividades realizadas internamente fazia-se pela frequência ao local, através de comunicados apregoados nas paredes do salão social ou por meio de circulares, limitando a comunicação extramuros.

Com o passar dos dias, os membros da instituição recém-criada buscaram praticar as ações propostas em reuniões e no estatuto, angariar um maior número de sócios contribuintes; ampliar o acervo de livros e tornar o Gabinete de Leitura um espaço de cultura e de sociabilidade livresca.

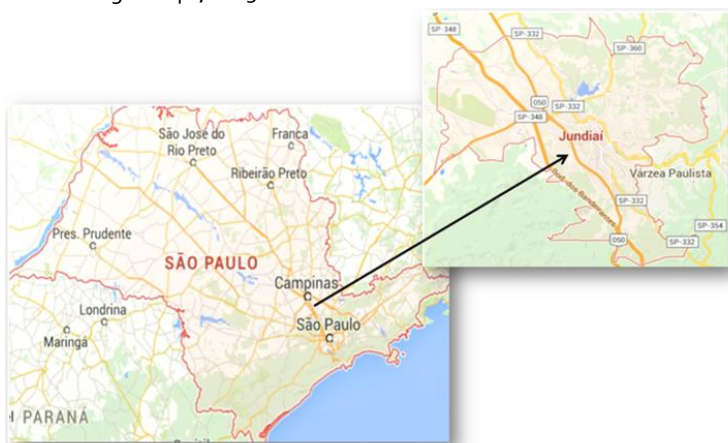
## **Para a cidade, um gabinete de leitura**

A espacialidade e a temporalidade que conformam o aparecimento do Gabinete de Leitura de Jundiá são dois elementos que contribuem na busca pela compreensão sobre o que representava esse espaço de cultura letrada na cidade, ou qual o motivo e a finalidade de criá-lo? Ao se questionar sobre os possíveis sentidos de sua existência, nota-se que a conjuntura espaço temporal, pode revelar alguns indícios.

Olhar para os traços históricos de Jundiá possibilita adentrar em sua dinâmica sociocultural, observar a ocorrência das transformações urbanas, o crescimento e o deslocamento populacional, a inserção de novas tecnologias e a injeção de novos recursos que alteravam a fisionomia e o modo de vida na cidade. Através de um processo heurístico, pode-se perceber o que poderia simbolizar um Gabinete de Leitura para a região.

O primeiro núcleo populacional de Jundiaí iniciou-se em 1615 pelos bandeirantes Rafael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes e fora inicialmente denominado de Vila Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiaí. O nome Jundiaí é originário do tupi-guarani cujo significado é rio dos bagres. Desse local saíram diversas bandeiras que seguiram para Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, em busca de minas de ouro. A região era também local de pouso para tropeiros que transportavam gado e comercializavam muares, sendo comumente denominada de “entrada” e/ou “boca do sertão” (MAKINO, 1981, p. 146). Tornou-se freguesia do município de Santana de Parnaíba em 1651 e conquistou autonomia administrativa em 1655. Foi elevada a categoria de cidade em 28 de março de 1865, às vésperas de instalação da ferrovia. Nessa, época se tornou uma das principais cidades da Província de São Paulo em decorrência dos lucros advindos do cultivo do café e da construção da Estrada de Ferro Santos/Jundiaí em 1867.

Figura 1 Localização do município de Jundiaí no Estado de São Paulo  
Fonte: Google Maps, 2015



Esse desenvolvimento estimulou a chegada de um bom número de imigrantes europeus (italianos em maior

parte) que passaram a habitar a colônia existente na região, criada pelos cafeicultores como forma de atender a necessidade de mão de obra produtiva livre (SILVA; PIQUEIRA, 2010.).

Com a instalação e o funcionamento de linhas férreas, a rotina da região passou a ter novos atores sociais, além de tropeiros e sertanistas. Sendo ponto de passagem para as diversas cidades do interior e sede de estações ferroviárias, Jundiaí passou por um intenso processo de transformação urbana.

Em 1872, essas transformações se intensificaram a partir da fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, criada pelo então presidente da Província de São Paulo Joaquim Saldanha Marinho, que em conjunto com grandes latifundiários investiu capital nacional (e internacional através de empréstimos) na criação da primeira companhia nacional de estradas de ferro, visando a ampliar a linha férrea de Jundiaí até Campinas e a melhorar o processo de escoamento do café, produto propulsor e símbolo do desenvolvimento financeiro e social e também pauta das principais ações políticas da época que objetivavam a manutenção da economia cafeeira (AQUINO, 2010).

Posteriormente escritórios, armazéns e oficinas da Companhia Paulista foram instalados em Jundiaí. Muitos empregados da empresa que eram de outras cidades transferiram-se para a região, aumentando o fluxo e circulação de pessoas.

Na ordem da Primeira República (1889-1930), a região esteve diretamente envolvida com os acontecimentos da nação brasileira, acompanhando as mudanças de caráter urbano, industrial, tecnológico, nos transportes, na comunicação e também ideológicos e socioculturais, criando um cotidiano de reconfigurações.

No começo do século XX, a cidade era composta, em sua grande maioria, por uma população operária (trabalhadores dos transportes ferroviários ou das nascentes indústrias têxteis e trabalhadores rurais). Em sua estratificação social, quase inexistem indícios da presença e da atuação de grupos de elite na região (LANNA, 2002). Com os pecúlios, oriundos do café, as camadas mais ricas migraram para cidades maiores como Campinas e São Paulo. Entretanto, os operários constituíram diferentes camadas sociais em Jundiaí, formando uma hierarquização delineada por seus cargos e funções, a partir dos vínculos empregatícios então existentes na localidade.

Nesse panorama a sociedade jundiaense ramificou-se em posições dos trabalhadores e nos símbolos de relevância das empresas promotoras de empregos e geradoras de rendas, em específico a ferrovia, que à época, representava o marco do desenvolvimento econômico e social da cidade, emblema da modernidade e dos novos tempos.

O Gabinete de Leitura de Jundiaí que nascera em meio a essas transformações, fora criado por um grupo de trabalhadores da Companhia Paulista, que em seus pressupostos objetivavam “estabelecer, a criação de um ambiente de contato direto com os livros, com a prática da leitura e seus significados”, o que demonstra o modo como exprimiram suas relações com seu mundo social e as refletiriam (CHARTIER, 1991).

Na primeira década do século XX, a sociedade jundiaense vivenciava um processo de intensa transformação histórica, a partir da reconfiguração de sua vida urbana e social. Para além de suas especificidades econômicas e espaciais, Jundiaí inseria-se cada vez mais, no “mundo moderno”, transformando-se aceleradamente.

Essa concepção *modernista* e *modernizante* é característica de um tempo marcado pela novidade de um sistema

político, a República, e de uma espacialidade em vertiginosa transformação, o urbano, refletindo-se em diferentes dimensões e de maneiras diversificadas em toda a nação brasileira, adequando-se à conjuntura do capitalismo internacional e aos novos tempos (CLODOALDO, 2003).

O Gabinete de Leitura era a primeira biblioteca pública da cidade que na ordem das transformações e reconfigurações do espaço urbano e de toda a sua materialidade, ainda não existia. Sonia Gomes, em seu trabalho sobre *Bibliotecas e Sociedade na Primeira República*, diz que “uma das condições sociais que exerce influência positiva sobre o surgimento de bibliotecas é o aparecimento de centros urbanos, que em suas múltiplas atividades, produzem registros que requerem sistemas sofisticados de informação” (GOMES, 1983, p. 13.). Para além dessa acepção, lendo o Gabinete de Leitura de Jundiaí como um símbolo de uma realidade social construída (CHARTIER, 1991), pode-se perceber que sua criação representava a institucionalização de um lugar público para as letras.

Outros lugares que poderiam promover uma aproximação com os livros, a leitura e a instrução de um modo geral, seriam os acervos de livros, na esfera privada e escolas. Contudo, seria temerário para a pesquisa negar ou afirmar essa possibilidade, uma vez que o livro naquele período, não era um item de baixo custo e ter uma coleção deles muito provavelmente não estava entre as aquisições elementares de operários. Quanto às escolas, segundo Filippini (1990), eram em sua maioria particulares.

É nessa perspectiva que se pode melhor compreender o nascimento da instituição. Em meio ao “espaço urbano” que se transformava, emergia um novo símbolo para as letras e todos os demais sentidos que delas pudessem derivar. Construíam-se um ambiente de instrução e ilustração através do Gabinete de Leitura, para uma realidade em processo de

transformação, em que novos arranjos sociais eram experienciados.

A construção desse novo ambiente fixava-se na cidade, como uma instituição representativa de um espaço para as letras, podendo ser lida e apropriada pelos sócios e pela população de Jundiaí.

Segundo Angel Rama:

Toda cidade pode parecer-nos um discurso que articula variados signos-bifrontes de acordo com leis que evocam as gramaticais. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência raciocinante pode decifrar, encontrando sua ordem (RAMA, 1985, p. 53).

Em Jundiaí, o Gabinete de Leitura emergia como um espaço para as letras. Certamente essa não é a única acepção que um Gabinete de Leitura imprime, essas instituições são múltiplas, de características distintas, possuindo traços e singularidades, possibilitando o acesso aos livros. Contudo, em Jundiaí, pode-se depreender que a instituição configurava-se como um símbolo da cultura letrada. Sua relevância foi construída através das práticas sociais de seus sócios, que ordinariamente reuniam-se em Assembleias Gerais ou em Reuniões da Diretoria para tratarem das questões de administração de uma instituição cultural. Em seus modos de fazer, dentro e fora da instituição, como em suas trajetórias de vida, acabaram por conferir ao Gabinete de Leitura, seus

associados e frequentadores, sentidos de instrução, letramento e ilustração. Nascia um aparato urbano que vinha a preencher uma lacuna cultural existente na cidade: o acesso aos livros na esfera pública.

## Referências

- AQUINO, Ítalo de. Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930. In: ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. v. 2. A República. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.
- CHARTIER, Roger. *O Mundo Como Representação*. Estudos Avançados. São Paulo, n. 11, v. 5, p. 173-191, 1991.
- CLODOALDO, Bueno. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GOMES, Sônia Conti. *Bibliotecas e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Ferrovias, Cidades e Trabalhadores (1870-1920)*. São Paulo, 2002, p.190. Tese (Livre Docência) FAU-USP, 2002.
- MAKINO, Miyoko. *Jundiá: povoamento e desenvolvimento 1655-1854*. São Paulo, 1981, p.146. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH-USP, 1981.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Mauricio Tintori. Os municípios do Estado de São Paulo. In: ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. v. 3. Governo e Municipalidade. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 173-174.
- TOMANIK, Geraldo B. *Os Traços, as fotos e a história*. Jundiá, São Paulo: Literarte, 2005.

[Recebido: 29 set. 2015 — Aceito: 06 nov. 2015]